



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

DECLARAÇÃO n. 00001/2022/CONTA/SGA/AGU

NUP: 00404.000318/2022-61

ÓRGÃO SUPERIOR: 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR - EXERCÍCIO DE 2021

1. Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Advocacia-Geral da União.

2. Também reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

3. As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

4. Relação de órgãos subordinados que apresentam Declaração Sem Restrição:

- 63000

5. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília (DF), 27 de janeiro de 2022.

(assinado eletronicamente)

HELES RESENDE SILVA JÚNIOR

COORDENADOR DE CONTABILIDADE E CUSTOS

CRC nº DF-020074/O-0

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00404000318202261 e da chave de acesso 77cb6efb

Documento assinado eletronicamente por HELES RESENDE SILVA JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 808202190 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): HELES RESENDE SILVA JUNIOR. Data e Hora: 27-01-2022 15:38. Número de Série: 31148667333548753783632431176. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	4.124.012.045,28	4.070.528.257,57
Ordinárias	-	-	Ordinárias	3.508.716.419,63	1.526.825.136,12
Vinculadas	25.069,70	93.996,06	Vinculadas	615.295.625,65	2.543.703.121,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)		93.996,06	Seguridade Social (Exceto Previdência)	311.045.002,00	415.711.022,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	293.062.850,00	100.294.756,00
Recursos a Classificar	25.069,70		Dívida Pública		1.627.098.735,02
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-25.069,70	-93.996,06	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	11.187.773,65	400.598.608,43
Transferências Financeiras Recebidas	8.179.394.650,84	7.829.036.397,57	Transferências Financeiras Concedidas	4.960.113.578,10	4.934.999.300,21
Resultantes da Execução Orçamentária	7.939.332.915,83	7.809.035.127,89	Resultantes da Execução Orçamentária	3.961.909.258,31	3.909.572.864,49
Cota Recebida	3.975.369.738,56	3.900.939.267,46	Repasse Concedido	6.814.778,49	7.139.922,39
Repasse Recebido	8.869.930,69	6.674.886,90	Sub-repasse Concedido	3.955.092.013,34	3.895.165.460,41
Sub-repasse Recebido	3.955.092.013,34	3.895.165.460,41	Cota Devolvida	1.233,24	1.011.968,57
Sub-repasse Devolvido	1.233,24	6.255.513,12	Sub-repasse Devolvido	1.233,24	6.255.513,12
Independentes da Execução Orçamentária	240.061.735,01	20.001.269,68	Independentes da Execução Orçamentária	998.204.319,79	1.025.426.435,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	107.792.289,38	7.368.582,74	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	61.876.227,11	6.990.507,71
Demais Transferências Recebidas		4.576,19	Movimento de Saldos Patrimoniais	936.328.092,68	1.018.435.928,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	132.269.445,63	12.628.110,75	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	3.771.879.885,14	2.932.459.474,08	Pagamentos Extraorçamentários	2.680.259.169,16	1.748.674.171,94
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	242.749.490,63	241.130.231,68	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	233.215.259,37	226.336.113,41
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	189.901.038,96	178.245.087,26	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	76.765.548,82	59.630.832,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.530.906.916,32	1.501.363.490,29	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.370.277.761,77	1.462.707.226,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	808.322.439,23	1.011.720.664,85	Outros Pagamentos Extraorçamentários	599,20	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		599,20	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	599,20	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		558,00			
Arrecadação de Outra Unidade	807.545.746,28	1.011.258.217,35			
Demais Recebimentos	776.692,95	461.290,30			
Saldo do Exercício Anterior	407.059.623,99	399.765.482,06	Saldo para o Exercício Seguinte	593.949.367,43	407.059.623,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	407.059.623,99	399.765.482,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	593.949.367,43	407.059.623,99
TOTAL	12.358.334.159,97	11.161.261.353,71	TOTAL	12.358.334.159,97	11.161.261.353,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	611.333.868,80	430.377.523,67	PASSIVO CIRCULANTE	597.255.734,62	435.707.701,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	593.949.367,43	407.059.623,99	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	246.888.839,50	226.235.243,88
Créditos a Curto Prazo	16.721.236,39	9.771.707,31	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	16.721.236,39	9.771.707,31	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.627.841,63	23.515.029,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	498.207,75	762.197,57	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	56.160,60	-
VPDs Pagas Antecipadamente	165.057,23	12.783.994,80	Demais Obrigações a Curto Prazo	348.682.892,89	185.957.427,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE	229.461.207,22	212.196.393,88	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	307.465.000.000,00	276.980.130.787,18
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	122.079,18
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	307.465.000.000,00	276.980.000.000,00
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	8.708,00
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	308.062.255.734,62	277.415.838.488,51
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	228.102.398,87	211.117.092,51	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	91.552.369,62	72.929.342,88	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	216.721.177,98	183.376.831,55	Resultados Acumulados	-307.221.460.658,60	-276.773.264.570,96
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-125.168.808,36	-110.447.488,67	Resultado do Exercício	-30.448.224.910,62	-10.712.643.299,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-276.773.264.570,96	-266.061.878.349,68
Bens Imóveis	136.550.029,25	138.187.749,63	Ajustes de Exercícios Anteriores	28.822,98	1.257.077,77
Bens Imóveis	158.197.649,35	159.515.531,05	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-21.647.620,10	-21.327.781,42	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-307.221.460.658,60	-276.773.264.570,96
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.358.808,35	1.079.301,37			
Softwares	1.358.808,35	1.079.301,37			
Softwares	13.036.618,27	12.757.111,29			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-11.677.809,92	-11.677.809,92			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	840.795.076,02	642.573.917,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	840.795.076,02	642.573.917,55

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	593.949.367,43	407.059.623,99	PASSIVO FINANCEIRO	842.772.797,32	646.305.169,65
ATIVO PERMANENTE	246.845.708,59	235.514.293,56	PASSIVO PERMANENTE	307.476.225.928,80	277.002.235.849,40
SALDO PATRIMONIAL	307.478.203.650,10	277.005.967.101,50			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	27.570.613,58	20.246.548,64	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	860.967.266,47	707.484.968,60
Atos Potenciais Ativos	27.570.613,58	20.246.548,64	Atos Potenciais Passivos	860.967.266,47	707.484.968,60
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.653.690,66	20.186.410,28	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	916.922,92	60.138,36	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	7.102.885,91	2.842.979,49
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	853.864.380,56	704.641.989,11
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	27.570.613,58	20.246.548,64	TOTAL	860.967.266,47	707.484.968,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-214.280.462,67
Recursos Vinculados	-34.542.967,22
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.039.969,60
Previdência Social (RPPS)	-2.262.326,45
Dívida Pública	-26.937.796,30
Alienação de Bens e Direitos	242.400,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-4.545.274,87
TOTAL	-248.823.429,89



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.339.372.325,85	138.550.106.400,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	106.958,28	117.615,57
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	106.958,28	117.615,57
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	32.990,33	134.660,91
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	32.990,33	134.660,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	8.231.864.845,50	7.860.538.114,86
Transferências Intragovernamentais	8.179.394.650,84	7.829.036.397,57
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	52.470.194,66	31.501.717,29
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.943.880,66	61.664.347,97
Reavaliação de Ativos	1.693.213,03	31.991.611,95
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.647.307,66	25.528.245,54
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.603.359,97	4.144.490,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17.097.423.651,08	130.627.651.660,69
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 28/01/2022	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	16.290.000.000,00	129.616.626.946,49
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	807.423.651,08	1.011.024.714,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	55.787.597.236,47	149.262.749.699,05
Pessoal e Encargos	2.793.811.199,28	2.850.859.218,44
Remuneração a Pessoal	2.071.795.609,44	2.155.944.193,82
Encargos Patronais	469.900.573,60	459.025.682,45
Benefícios a Pessoal	50.297.055,59	52.355.663,76
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	201.817.960,65	183.533.678,41
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	831.150.636,24	793.553.158,33
Aposentadorias e Reformas	742.263.191,15	716.453.681,24
Pensões	74.044.316,62	63.283.860,57
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.843.128,47	13.815.616,52
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	369.946.485,71	345.588.087,61
Uso de Material de Consumo	1.362.854,29	1.029.867,51
Serviços	351.223.568,51	318.270.747,29
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.360.062,91	26.287.472,81
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.413,13	29.062,69
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.909,92	10.289,36
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	13.503,21	18.773,33
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.014.508.321,99	4.995.779.674,98
Transferências Intragovernamentais	4.959.275.502,13	4.934.529.080,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	26.314.543,68
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	55.232.819,86	34.936.050,66
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.373.308,06	12.576.353,69
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	3.631.684,02
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	742.288,09	232.382,73
Incorporação de Passivos	1.161.081,08	1.646.548,70
Desincorporação de Ativos	469.938,89	7.065.738,24



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	626.785,54	631.547,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	342.211,96	330.487,81
Contribuições	284.573,58	301.059,20
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	46.775.153.086,52	140.263.732.596,30
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	46.775.056.160,60	140.263.631.654,49
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	96.925,92	100.941,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-30.448.224.910,62	-10.712.643.299,05

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	2.224.034.904,00	2.224.034.904,00	-	-2.224.034.904,00
Operações de Crédito	2.224.034.904,00	2.224.034.904,00	-	-2.224.034.904,00
Operações de Crédito Internas	2.224.034.904,00	2.224.034.904,00	-	-2.224.034.904,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.224.034.904,00	2.224.034.904,00	-	-2.224.034.904,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	2.224.034.904,00	2.224.034.904,00	-	-2.224.034.904,00
DEFICIT			4.124.012.045,28	4.124.012.045,28
TOTAL	2.224.034.904,00	2.224.034.904,00	4.124.012.045,28	1.899.977.141,28
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	21.607.422,00	-	-21.607.422,00
Superavit Financeiro	-	4.160.026,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	17.447.396,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.071.763.477,00	4.088.069.822,00	4.092.750.864,85	3.917.794.578,50	3.675.045.087,87	-4.681.042,85
Pessoal e Encargos Sociais	3.564.802.554,00	3.582.804.630,00	3.582.803.630,00	3.519.103.384,36	3.288.003.938,84	1.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	506.960.923,00	505.265.192,00	509.947.234,85	398.691.194,14	387.041.149,03	-4.682.042,85
DESPESAS DE CAPITAL	33.180.000,00	38.481.077,00	31.261.180,43	16.316.427,82	16.316.427,82	7.219.896,57
Investimentos	33.180.000,00	38.481.077,00	31.261.180,43	16.316.427,82	16.316.427,82	7.219.896,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.104.943.477,00	4.126.550.899,00	4.124.012.045,28	3.934.111.006,32	3.691.361.515,69	2.538.853,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	4.104.943.477,00	4.126.550.899,00	4.124.012.045,28	3.934.111.006,32	3.691.361.515,69	2.538.853,72
TOTAL	4.104.943.477,00	4.126.550.899,00	4.124.012.045,28	3.934.111.006,32	3.691.361.515,69	2.538.853,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	55.386.298,18	157.689.027,25	68.130.063,36	56.583.454,08	78.589.513,23	77.902.358,12
Pessoal e Encargos Sociais	26.149.030,16	43.761.818,34	27.189.079,17	15.925.770,60	24.365.601,16	29.619.476,74
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	29.237.268,02	113.927.208,91	40.940.984,19	40.657.683,48	54.223.912,07	48.282.881,38
DESPEAS DE CAPITAL	742.210,01	20.556.060,01	20.182.094,74	20.182.094,74	480.284,17	635.891,11
Investimentos	742.210,01	20.556.060,01	20.182.094,74	20.182.094,74	480.284,17	635.891,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	56.128.508,19	178.245.087,26	88.312.158,10	76.765.548,82	79.069.797,40	78.538.249,23

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	5.748.323,94	241.190.204,32	233.215.259,37	7.760.851,68	5.962.417,21
Pessoal e Encargos Sociais	4.989.903,29	209.651.814,07	203.673.485,23	5.784.040,92	5.184.191,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	758.420,65	31.538.390,25	29.541.774,14	1.976.810,76	778.226,00
DESPEAS DE CAPITAL	268.081,74	-	-	-	268.081,74
Investimentos	268.081,74	-	-	-	268.081,74
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	6.016.405,68	241.190.204,32	233.215.259,37	7.760.851,68	6.230.498,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	223.388.266,00	22.570.879,88
INGRESSOS	11.518.624.006,39	10.342.119.953,51
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	11.518.624.006,39	10.342.119.953,51
Ingressos Extraorçamentários	2.530.906.916,32	1.501.363.490,29
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	558,00
Transferências Financeiras Recebidas	8.179.394.650,84	7.829.036.397,57
Arrecadação de Outra Unidade	807.545.746,28	1.011.258.217,35
Demais Recebimentos	776.692,95	461.290,30
DESEMBOLSOS	-11.295.235.740,39	-10.319.549.073,63
Pessoal e Demais Despesas	-3.537.560.474,33	-3.479.181.858,69
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-7.142,61
Essencial à Justiça	-451.335.534,36	-388.800.237,19
Administração	-2.280.784.427,19	-2.318.331.525,58
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-802.210.627,70	-768.652.204,98
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-2.402,60
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-4.281,20
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 27/01/2022	PÁGINA 2
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-129.656,25	-
Energia	-	-
Transporte	-17.656,32	-767.277,35
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-3.081.973,31	-2.617.386,38
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-599,20	599,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-427.283.926,19	-442.660.688,73
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-427.283.926,19	-416.346.145,05
Outras Transferências Concedidas	-	-26.314.543,68
Outros Desembolsos Operacionais	-7.330.391.339,87	-6.397.706.526,21
Dispêndios Extraorçamentários	-2.370.277.761,77	-1.462.707.226,00
Transferências Financeiras Concedidas	-4.960.113.578,10	-4.934.999.300,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-36.498.522,56	-15.276.737,95
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-36.498.522,56	-15.276.737,95
Aquisição de Ativo Não Circulante	-36.215.816,08	-14.916.555,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-282.706,48	-360.182,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	186.889.743,44	7.294.141,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	407.059.623,99	399.765.482,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	593.949.367,43	407.059.623,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	-266.061.878.349,68	-	-	-266.061.878.349,68
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	949.574,50	-	-	949.574,50
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	307.503,27	-	-	307.503,27
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-10.712.643.299,05	-	-	-10.712.643.299,05
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	-276.773.264.570,96	-	-	-276.773.264.570,96

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-276.773.264.570,96	-	-	-276.773.264.570,96
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	28.822,98	-	-	28.822,98
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-30.448.224.910,62	-	-	-30.448.224.910,62
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-307.221.460.658,60	-	-	-307.221.460.658,60

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.1 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, a Advocacia-Geral da União possuía um saldo de R\$ 853 milhões relacionados a obrigações contratuais, referentes a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01.1 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2020	31/12/2021	AH(%)
Serviços (8.1.2.3.1.09.01)	280.181.963,53	422.805.674,95	50,90%
Aluguéis (8.1.2.3.1.10.01)	414.462.594,85	387.723.228,91	-6,45%
Fornecimento de Bens (8.1.2.3.1.11.01)	9.993.121,69	43.331.167,66	333,61%
TOTAL	704.637.680,07	853.860.071,52	21,18%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

As obrigações contratuais relacionadas a Serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pela Advocacia-Geral da União ao final de 31/12/2021.

Na tabela 01.2, foi elencado as Unidades Gestoras e respectivos valores na data base de 31/12/2021.

Tabela 01.2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

	31/12/2021	AV (%)
110062 - DGEP	22.960.310,74	2,69%
110096 - SAD/PE	114.449.280,69	13,40%
110097 - SAD/RS	43.500.397,64	5,09%
110099 - SAD/SP	211.095.547,47	24,72%
110102 - SAD/RJ	33.963.026,23	3,98%
110156 - Escola da AGU	2.073.234,57	0,24%
110161 - SAD/DF	284.624.331,04	33,33%
110581 - DIDIP	2.237.692,00	0,26%
110592 - UA/MG	38.692.900,55	4,53%
110621 - DTI	100.263.350,59	11,76%
TOTAL	853.860.071,52	100,00%

Fonte: SIAFI 2021.

As unidades gestoras 110096, 110099, 110161 e 110621 são responsáveis por 83,21% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2021.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Tabela 01.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$	
	31/12/2021	AV (%)
10427246000106 – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	132.615.257,70	15,53%
EX1610161 - LALIVE S.A	67.721.547,91	7,93%
38044723000165 – MULTI CONSTR. E INCORPORADORA	63.503.958,17	7,44%
34028316000707 – EMPR. BRASIL. CORREIOS E TELEGRÁFOS	33.740.242,10	3,95%
37057387000122 - HEPTA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	21.722.747,50	2,54%
19877285000252 - LANLINK SOLUÇÕES E COM. INFORMÁTICA	19.145.471,28	2,24%
43714674000160 – CONSTRUTORA E INCORP. EXATA LTDA	18.346.674,30	2,15%
DEMAIS	497.064.172,56	58,21%
TOTAL	853.860.071,52	100,00%

Fonte: SIAFI 2021.

Os contratados FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, LALIVE S.A, MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS, os quais representam 34,85% do total contratado, foram relacionados no quadro a seguir, com informações qualitativas dos respectivos contratos.

Quadro 01.1 – Contratados – Principais Transações.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Contratado	Contrato	Objeto	Valor Contratado	Vigência Fim
10427246000106 – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	09/2015	LOCAÇÃO NA MODALIDADE DE LOCAÇÃO SOB MEDIDA, TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DOS ANDARES SÉTIMO, OITAVO, NONO E DÉCIMO. CINQUENTA E UM INTEIROS E NOVE DÉCIMOS POR CENTO, DA ÁREA ÚTIL DO SEGUNDO ANDAR, E QUARENTA E NOVE INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO, DA ÁREA ÚTIL DO TERCEIRO ANDAR.	204.857.674,84	22/01/2020
EX1610161 - LALIVE S.A	60/2020	CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA, MEDIANTE INSTRUÇÕES EXCLUSIVAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, REPRESENTAR A REPÚBLICA PERANTE A JUSTIÇA SUÍÇA, PARA ATUAR EM SEU NOME E EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, JUDICIAIS, CÍVEIS E/OU CRIMINAIS, COM VISTAS À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE ORIGEM ILÍCITA E À COMPENSAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS DIVERSOS ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES DA REPÚBLICA.	68.730.247,00	29/12/2024
38044723000165 – MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	55/2010	LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL SITUADO NO SETOR DE AUTARQUIAS SUL, QUADRA 03, LOTES 5 E 6, NOS TERMOS DO LAUDO DE AVALIAÇÃO HOMOLOGADO PELA SPU/DF, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO EM BRASÍLIA.	236.382.565,80	17/11/2022
34028316000707 – EMPR. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRÁFOS	59/2020	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS CONVENCIONAIS E ADICIONAIS, NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL, BEM COMO A VENDA DE PRODUTOS POSTAIS E SERVIÇOS DE ENCOMENDA, DISPONIBILIZADOS EM ÂMBITO NACIONAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO.	34.999.999,80	01/01/2026

Fonte: Sistema Comprasnet Contratos – Gestão de Contratos.



Advocacia-Geral da União – AGU
Secretaria-Geral de Administração – SGA
Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – DPOF
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOF
Coordenação de Contabilidade e Custos – CONTA

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

O Contrato com o FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO foi inicialmente firmado para o período de 10 anos, mas foi rescindido em 01.03.2019, vigente por cerca de 4 anos, a permanência do saldo a executar justifica-se pela existência de ação judicial em andamento.

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.2 – Passivos Contingentes

De acordo com o MCASP 8ª Edição, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP 8ª Edição, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 – Provisão e Passivo Contingente.

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- Uma obrigação presente; ou
- Uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	Classificação	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: MCASP, 8ª edição

No dia 10 de fevereiro de 2015 a AGU publicou a Portaria nº40, a qual foi republicada no DOU em 26/10/2018 com as alterações inseridas pela Portaria AGU nº 318, de 25/10/2018, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria é estabelecido a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 40 republicada, a composição do impacto financeiro dos riscos será, nas condenações da Fazenda Pública para pagamento, o resultado da soma dos valores estimados de pagamentos judiciais constituídos pelas parcelas vencidas constantes na condenação judicial transitada em julgado como obrigação de pagar e de pagamentos administrativos constituídos pelas

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

parcelas vincendas na hipótese em que forem previstas pela decisão judicial transitada em julgado como obrigação de fazer; e, nas condenações da Fazenda Pública que resultem em perda de arrecadação, o resultado da soma dos valores estimados de redução da arrecadação em virtude do cumprimento de decisão judicial, assim considerados o equivalente à estimativa de arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas. A estimativa temporal do impacto financeiro das ações judiciais deverá ser elaborada com base no tempo médio para baixa do processo, divulgado no relatório do Conselho Nacional de Justiça - CNJ mais atualizado na data da elaboração das informações. Ao Departamento de Gestão Estratégica compete coordenar a elaboração das informações para compor o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Balanço Geral da União.

Por determinação superior, foi criada uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constarão em notas Explicativas.

Com isso, no dia 10 de janeiro de 2021, o Departamento de Gestão Estratégica, por meio da Nota Técnica nº 00001/2022/CGPG-DGE/DGE/AGU, atualizando a Nota Técnica nº 00022/2021/CGPG-DGE/DGE/AGU, de 13 de agosto de 2021, mensurou os valores referentes aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015, as alterações promovidas pela Portaria AGU nº 318/2018 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 – Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União – PGU

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	46.775.000.000,00	110.500.000.000,00	157.275.000.000,00

Foi registrado no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável, lançamentos os quais totalizaram os montantes de R\$ 46.775.000.000,00 (Probabilidade Provável) e R\$ 110.500.000.000,00 (Probabilidade Possível). Os Documentos Hábeis que geraram os registros de ajustes foram: 2021PA000004 e 2021PA000005 na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU.

Ressaltamos que o valor de PROBABILIDADE POSSÍVEL na ordem de R\$ 110.500.000.000,00, conforme quadro resumo, extraído do MCASP, por se tratar de Possibilidade de Saída de Recurso não Provável, consta seu valor nesta Nota Explicativa e em contas de controle.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.3 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, o Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** apresentou um saldo de R\$ 228.102.398,27 (duzentos e vinte e oito milhões, cento e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2021.

Tabela 01.1 – Imobilizado – Composição

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2021	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	183.376.831,55	216.721.177,98	15,39%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. C	110.447.488,67	125.168.808,36	11,76%
(-) redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	0,00%
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	159.515.531,05	158.197.649,35	-0,83%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. C	21.327.781,42	21.647.620,10	1,48%
(-) redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	0,00%
TOTAL	211.117.092,51	228.102.398,87	7,45%

Fonte: SIAFI-2020 e 2021.

O valor do Imobilizado do Órgão 63000 – AGU, é composto pelo saldo do Ativo Imobilizado das suas Unidades Vinculadas, conforme descrito abaixo:

	R\$
	31/12/2021
- Superintendência de Administração em Pernambuco	33.537.300,26
- Superintendência de Administração no Rio Grande do Sul	57.075.057,72
- Superintendência de Administração em São Paulo	10.443.215,09
- Superintendência de Administração no Rio de Janeiro	33.500.464,03
- Superintendência de Administração no Distrito Federal	61.902.259,44
- Unidade de Administração em Minas Gerais	31.644.102,33
TOTAL	228.102.398,87

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** em 31/12/2021 totalizavam R\$ 216.721.177,98 (duzentos e dezesseis milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e setenta e sete reais e noventa e oito centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

detalhado na tabela a seguir.

Tabela 01.2 – Bens Móveis – Composição

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2021	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	13.004.991,85	13.008.305,76	0,03%
Bens de Informática	110.079.877,84	143.820.377,00	23,46%
Móveis e Utensílios	48.808.979,08	48.739.010,42	-0,14%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.897.945,83	6.279.214,69	-9,85%
Veículos	2.510.191,19	2.313.214,73	-8,52%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	0,00%
Bens Móveis em Andamento	-	-	0,00%
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	0,00%
Armamentos	-	-	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	0,00%
Demais Bens Móveis	2.074.845,76	2.561.055,38	18,98%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 110.447.488,67	- 125.168.808,36	11,76%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
TOTAL	72.929.342,88	91.552.369,62	20,34%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 66,36% refere-se a Bens de Informática, o qual é composto por microcomputadores e outros equipamentos de processamento de dados.

A variação de -9,85% ocorrida em Material Cultural, Educacional e de Comunicação decorre do desfazimento de livros e periódicos; e a de -8,52% em Veículos, de doações, de bens classificados como inservíveis, conforme Decreto nº 9.373/2018.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2021 totalizavam R\$ 158.197.649,35 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01.3 – Bens Imóveis – Composição

	Em R\$		
	31/12/2020	31/12/2021	AH(%)
Bens de Uso Especial	159.458.219,21	158.167.840,36	-0,82%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	0,00%
Bens Dominicais	-	-	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	-	-	0,00%
Instalações	-	29.808,99	100,00%
Demais Bens Imóveis	-	-	0,00%
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	57.311,84	-	0,00%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 21.327.781,42	- 21.615.333,88	1,33%
TOTAL	138.187.749,63	136.582.315,47	-1,18%

Fonte: SIAFI2020, 2021.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 99,98% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União**, perfazendo o montante de R\$ 158.167.840,36 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), em 31/12/2021 a valores brutos.

Tabela 01.4 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2020	31/12/2021	Em R\$ AH(%)
Imóveis Residenciais e Comerciais	10.728.064,25	10.728.064,25	0,00%
Edifícios	113.619.597,68	115.180.865,93	1,36%
Terrenos e Glebas	7.171.083,41	7.171.083,41	0,00%
Armazéns e Galpões	6.298.117,03	6.298.117,03	0,00%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.039.193,94	1.039.193,94	0,00%
Salas	20.602.162,90	17.750.515,80	-16,07%
TOTAL	159.458.219,21	158.167.840,36	-0,82%

Fonte: SIAFI2020 e SIAFI2021.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Edifícios e Salas os quais representam 72,82% dos Bens de Uso Especial.

(a) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação, amortização e exaustão de bens móveis e imóveis, no âmbito da Administração Pública Direta da União, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, quanto aos bens imóveis da União.

O método de depreciação adotado é compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente durante esse período, de modo que ao final o valor residual corresponda ao montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

O método de cálculo dos encargos de depreciação dos bens móveis utilizado pela Advocacia-Geral da União é o das quotas constantes.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados por meio do SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

A vida útil dos bens imóveis será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual será estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Ressaltamos que no mês de março de 2020, ocorreu a finalização da gestão de patrimônio através do sistema LINKDATA, para implantação do sistema SIADS – Módulo patrimônio, implantação que foi finalizada em maio/2020, no qual emitimos todos os relatórios de conferência e o sistema efetuou o recálculo da depreciação de todo o patrimônio da AGU desde sua respectiva incorporação até aquela data (maio/2020), gerando diversos lançamentos contábeis no SIAFI e causando um aumento no valor da depreciação lançada nesse ano especificamente.

(b) Reavaliação e redução ao valor recuperável

A reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis e imóveis, no âmbito da Administração Pública Direta da União, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, quanto aos bens imóveis da União.

No exercício de 2021, a Advocacia Geral da União não identificou qualquer indício de alterações relevantes nos seus ativos que justificassem o registro da reavaliação; e da redução ao valor recuperável, por ter um ativo sofrido perda dos benefícios econômicos futuros. Também não foram efetuados tais registros nos ativos imóveis de posse da AGU.

(b.1) Reavaliação

Reavaliação é a adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes para os bens do ativo. Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil dos bens móveis sofrer modificação significativa, levando-se em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são reavaliados se aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

(b.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Redução ao valor recuperável (*impairment*) é o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, por apresentar valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda.

Em 2020 concretizamos a implementação, no Órgão 63000 – AGU, do Módulo Patrimônio do Sistema SIADS – Sistema Integrado de Gestão Patrimonial.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

A Secretaria do Tesouro Nacional-STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é responsável, dentre outras competências, pela padronização dos registros contábeis, no âmbito da União.

Desta forma, editou as macrofunções SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e 020335 –Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, a fim de orientar quanto aos procedimentos a serem observados para realização adequada dos registros, a serem aplicados a partir do exercício de 2010.

Na Advocacia-Geral da União-AGU, os ativos intangíveis, com vida útil definida e indefinida, são compostos na totalidade por softwares e desde 2010 vem sendo reconhecidos como tal, demonstrados em conta contábil específica – Softwares, do Subgrupo Intangível.

Com a perspectiva de implantação, a partir de 1 de janeiro de 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público da União PCASP-União, cujo objetivo, dentre outros, é melhorar a qualidade da informação contábil, com enfoque patrimonial, a fim de adequar as operações do setor público às legislações vigentes, salientando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCASP e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público-NICSP. A AGU, no exercício de 2014, deu início a apuração da amortização acumulada dos bens intangíveis.

Para o cálculo do valor amortizável foi aplicado o método das quotas constantes e definiu-se o valor residual do ativo intangível com vida útil definida igual a zero, conforme orientado na referida macrofunção SIAFI. Estabeleceu-se ainda que o prazo da vida útil do bem intangível corresponde ao prazo da licença de uso, conforme contrato.

Computou-se a amortização acumulada referente ao período de 2010 a 2014, observando-se as datas de aquisição, dos bens intangíveis e procedeu-se o registro no SIAFI ainda em 2014.

A partir do exercício de 2015, o sistema de controle patrimonial da AGU, na época Sistema Link Data, passou a calcular o valor da amortização mensal e este foi registrado no SIAFI, cujo saldo contábil atual corresponde ao valor calculado até abril/2020, mês de migração do Módulo de Patrimônio para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS. O cálculo mensal da amortização foi interrompido, pois esta funcionalidade no SIADS, ainda se encontra em desenvolvimento.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados na AGU, por se tratarem de softwares com licença de uso perpétuo ou desenvolvidos na própria AGU.

Em 31/12/2021 o Órgão 63000 – Advocacia-Geral da União apresentou um saldo de R\$ 13 milhões relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2020 e 2021:

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Tabela 1.1 – Intangível – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2020	31/12/2021	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	11.717.026,55	11.717.026,55	0,00%
Software com Vida Útil Indefinida	1.040.084,74	1.319.591,72	21,18%
Amortização Acumulada	- 11.677.809,92	- 11.677.809,92	0,00%
TOTAL	1.079.301,37	1.358.808,35	20,57%

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

No exercício de 2021, pode-se verificar que não ocorreram aquisições de softwares com vida útil definida. Quanto as aquisições de softwares com vida útil indefinida, houve um incremento na ordem de 21,18% referente a aquisição de softwares utilizados para o desenvolvimento de sistemas e facilitador de trabalhos.

No intangível, o montante amortizado de 11,6 milhões corresponde a 99,66% dos bens intangíveis com vida útil definida, de modo a concluir que os bens adquiridos em exercícios anteriores foram totalmente amortizados.

No intangível com vida útil definida, destaca-se o Software Gerenciador de Banco de Dados Oracle, que é utilizado para armazenamento de diversos tipos de informações em toda a Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 8.990.128,00, que representa 76,73% do item. O valor já foi totalmente amortizado.

Na AGU, somente as Unidades Gestoras 110161/00001 - Superintendência de Administração no Distrito Federal-SAD/DF e 110102/00001 - Superintendência de Administração no Rio de Janeiro possuem bens intangíveis.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2021, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 1,6 milhões relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, com essas obrigações.

Tabela 01.1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2020	31/12/2021	R\$ AH(%)
Circulante			
Nacionais	23.515.029,85	1.627.841,63	-93,08%
Estrangeiros	-	-	0,00%
TOTAL	23.515.029,85	1.627.841,63	-93,08%

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Na análise horizontal das contas de Fornecedores e Contas a Pagar, destaca-se um decréscimo significativo no montante das despesas pendentes de pagamento, na ordem de -93,08%, existente no encerramento do exercício de 2021, comparado ao apurado em 2020.

Os fornecedores e contas a pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100,00% do total a ser pago. Portanto, não houve valores a pagar a fornecedores estrangeiros no encerramento do exercício financeiro de 2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021.

Tabela 01.2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora.

	31/12/2021	R\$ AV(%)
110062 – DGEP	400.000,00	24,57%
110096 – SAD/PE	274.619,57	16,87%
110097 – SAD/RS	112.650,06	6,92%
110099 – SAD/SP	236.869,82	14,55%
110102 – SAD/RJ	436.058,78	26,79%
110161 – SAD/DF	163.417,67	10,04%
110592 – UA/MG	4.225,73	0,26%
110621 – DTI	-	0,00%
TOTAL	1.627.841,63	100,00%

Fonte: SIAFI 2021.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 06 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Tabela 01.3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$	
	31/12/2021	AV(%)
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	200.000,00	12,29%
SEMT EIRELI	180.736,04	11,10%
TECENGE TECNOLOGIA DE ENGENHARIA LTDA	121.990,15	7,49%
BMC VIGILANCIA E SEGURANCA EIREL	82.721,25	5,08%
PH RECURSOS HUMANOS EIRELI	61.478,23	3,78%
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	56.145,78	3,45%
Demais	924.760,18	56,81%
TOTAL	1.627.831,63	100,00%

Fonte: SIAFI 2021.

Os 06 fornecedores apresentados representam 43,19% do total a ser pago e estão apresentados a seguir, o resumo de suas principais transações:

Quadro 01.1 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA PROMOVER CAPACITAÇÃO NOS CURSOS DE MBA EXECUTIVO E MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	200.000,00	CONTRATO Nº 02/2020 vigente até 23/12/2022
SEMT EIRELI	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA A SAD/PE E UNIDADES JURISDICIONADAS	180.736,04	SEM CONTRATO
TECENGE TECNOLOGIA DE ENGENHARIA LTDA	SERVIÇOS CONTIUADOS E DE MANUTENÇÃO PREDIAL UNIDADES DA AGU NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG	121.990,15	CONTRATO Nº 10/2016
BMC VIGILANCIA E SEGURANCA EIREL	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NO PERÍODO DE OUT/17 NAS UNID. AGU/RJ	82.731,25	SEM CONTRATO
PH RECURSOS HUMANOS EIRELI	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTEIRO/VIGIA PARA AS UNIDADES DA AGU EM CAMPINAS, PIRACICABA, SOROCABA, SANTOS, TAUBATE E SÃO JOSE DOS CAMPOS, CONFORME EDITAL E ANEXOS.	61.478,26	CONTRATO Nº 07/2017 VIGENTE ATÉ 28/08/2020 (vencido).
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - CENTRO CUSTO AGU/DTI	56.145,78	SEM CONTRATO

Fonte: Comprasnet Contratos e SIAFI.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Em 31/12/2021, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 246,9 milhões relacionados a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo.

Tabela 01.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - CP.

	R\$	
	31/12/2020	31/12/2021
Pessoal a Pagar	220.545.318,84	240.828.088,31
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.123.114,68	1.382.379,07
Banefícios Assistenciais a Pagar	1.201.368,29	1.201.368,29
Encargos Sociais a Pagar	3.365.442,07	3.477.003,83
TOTAL	226.235.243,88	246.888.839,50

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Em 31/12/2021, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 348,7 milhões relacionados a Demais Obrigações a Curto Prazo.

Tabela 01.5 – Demais Obrigações a Curto Prazo.

	R\$	
	31/12/2020	31/12/2021
Valores Restituíveis	184.673.994,15	346.222.560,82
Outras Obrigações a Curto Prazo	1.283.433,45	2.460.332,07
TOTAL	185.957.427,60	348.682.892,89

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Quadro 01.2 – Valores Restituíveis.

Consignações			
- PSSS - Vencimentos e Vantagens	4.284,78	-	0,00%
- Retenção Previdenciária - FRGPS	23.654,69	17.649,87	0,01%
- IRRF devido ao Tesouro	10.764,79	2.161,54	0,00%
Indenizações e Resrtituições Devidas ao Tesouro		10.000,00	0,00%
- Impostos e contribuições devidas ao Tesour	71.915,08	20.959,74	0,01%
- ISS	16.932,64	15.746,25	0,00%
- Retenções – Empréstimos e Financiamentos	8.691.866,27	9.196.054,82	2,66%
- Previdência Complementar Servidor Públicc	4.072.917,06	4.341.752,72	1,25%
- Depósitos Retidos de Fornecedores	18.912,85	14.826,66	0,00%
- Outros Consignatários	6.991.225,71	7.296.315,70	2,11%
Depósitos judiciais			
- Depósitos a efetuar por determinação Judici	106.672,57	20.800,00	0,01%
Depósitos não judiciais			
- Depósitos e Cauções Recebidos	240.395,11	274.305,27	0,08%
- Depósitos de Terceiros	164.424.452,60	325.011.988,25	93,87%
TOTAL	184.673.994,15	346.222.560,82	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Na análise vertical das contas de Valores Restituíveis destacamos, em sua composição, os valores de Depósitos de Terceiros (93,87%), que compreendem a arrecadação dos honorários advocatícios pertencentes ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios-CCHA, previstos na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, o qual será repassado até o dia 15 do mês seguinte.

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.6 – Honorários Advocatícios

A Lei nº 13.327/2016, em seu Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

- I - de Advogado da União;*
- II - de Procurador da Fazenda Nacional;*
- III - de Procurador Federal;*
- IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;*
- V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

- I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;*
- II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;*
- III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;*
- IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;*
- V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;*
- VI - editar seu regimento interno.*

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

- “Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:*
- I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;*
 - II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;*
 - III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.”*

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

- “I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da AGU (UG setorial);*

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal-DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF."

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a “[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea “b” do inciso I da cláusula terceira”.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 21.881.04.09 – DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 0190110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 0190110061, 0190110062 e 0190110063, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2021 o montante de **R\$ 2.507.838.227,56** (dois bilhões, quinhentos e sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 01.1 – Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	CCHA	União	Total Arrecadado	AV%
Arrecadação AGU - 13903	93.871,77	-	93.871,77	0,00%
Arrecadação AGU - 13905	103.632.139,12	-	103.632.139,12	4,13%
Arrecadação AGU - Cta Corrente 0190110060	249.141.368,84		249.141.368,84	9,93%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 0190110061	172.422.592,06		172.422.592,06	6,88%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 0190110062	634.342.121,93	468.861.568,39	1.103.203.690,32	43,99%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 0190110063	659.508.424,12	219.836.141,33	879.344.565,45	35,06%
Total Geral	1.819.140.517,84	688.697.709,72	2.507.838.227,56	100,00%

Fonte: SIAFI 2021.

Registre-se que o montante de **R\$ 2.507.838.227,56**, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

- **Balanco Patrimonial** – Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.
- **Balanco Financeiro** – Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;
- **Fluxo de Caixa** – Outros Ingressos das Operações – Ingressos Extra Orçamentários;

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

Ressalta-se que do total arrecadado em 2021, **R\$ 2.507.838.227,56**, foi repassado até dezembro de 2021, um montante de **R\$ 587.580.986,24** à União Federal, e a quantia de **R\$ 1.594.605.979,84** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, totalizando a quantia de **R\$ 2.182.186.966,08**.

O valor arrecadado no mês de dezembro de 2021, **R\$ 325.651.261,48**, impactou o exercício de 2022, pois foi encaminhado em janeiro de 2022, a quantia de **R\$ 224.534.538,00** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, e o montante de **R\$ 101.116.723,48** à União Federal. Além disso, as Ordens Bancárias que foram emitidas em janeiro de 2021, no montante de **R\$ 137.317.380,03**, referem-se aos valores arrecadados em dezembro de 2020, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 – Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Mês/Ano Arrecadação	Número OB	Data	Valor	AV%
DEZ/2020	800003	12/01/2021	17.594.301,08	0,90%
DEZ/2020	800004	12/01/2021	8.641.518,73	0,44%
DEZ/2020	800005	12/01/2021	44.805.531,11	2,29%
DEZ/2020	800006	12/01/2021	45.197.755,10	2,31%
DEZ/2020	800007	12/01/2021	21.078.274,01	1,08%
Total Arrecadado em 2020 e enviado 2021			137.317.380,03	7,02%
JAN/2021	800014	17/02/2021	17.594.048,71	0,90%
JAN/2021	800015	17/02/2021	18.319.713,85	0,94%
JAN/2021	800016	17/02/2021	33.335.735,56	1,70%
JAN/2021	800018	17/02/2021	42.075.139,03	2,15%
JAN/2021	800017	17/02/2021	1.430,56	0,00%
JAN/2021	800017	17/02/2021	437.071,64	0,02%
FEV/2021	800036	15/03/2021	14.815.353,19	0,76%
FEV/2021	800038	15/03/2021	7.627.377,28	0,39%
FEV/2021	800039	15/03/2021	47.737.221,84	2,44%
FEV/2021	800040	15/03/2021	41.144.361,08	2,10%
FEV/2021	800037	15/03/2021	6.237,23	0,00%
FEV/2021	800037	15/03/2021	29.963.887,41	1,53%

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

MAR/2021	800060	15/04/2021	23.925.776,27	1,22%
MAR/2021	800062	15/04/2021	13.194.349,91	0,67%
MAR/2021	800063	15/04/2021	48.161.017,89	2,46%
MAR/2021	800064	15/04/2021	46.890.696,41	2,40%
MAR/2021	800061	15/04/2021	38.174,63	0,00%
MAR/2021	800061	15/04/2021	15.853.555,62	0,81%
ABR/2021	800082	14/05/2021	15.877.979,89	0,81%
ABR/2021	800084	14/05/2021	16.504.580,35	0,84%
ABR/2021	800085	14/05/2021	43.675.722,79	2,23%
ABR/2021	800086	14/05/2021	44.218.541,24	2,26%
ABR/2021	800083	14/05/2021	1.840,08	0,00%
ABR/2021	800083	14/05/2021	3.435.983,88	0,18%
MAI/2021	800095	14/06/2021	15.598.618,90	0,80%
MAI/2021	800097	14/06/2021	10.032.839,14	0,51%
MAI/2021	800098	14/06/2021	55.809.068,94	2,85%
MAI/2021	800099	14/06/2021	46.341.511,96	2,37%
MAI/2021	800096	14/06/2021	14.376,78	0,00%
MAI/2021	800096	14/06/2021	8.988.144,40	0,46%
JUN/2021	800118	14/07/2021	23.592.704,85	1,21%
JUN/2021	800120	14/07/2021	11.674.777,40	0,60%
JUN/2021	800121	14/07/2021	46.375.324,98	2,37%
JUN/2021	800119	14/07/2021	48.636.580,46	2,49%
JUN/2021	800122	14/07/2021	896,10	0,00%
JUN/2021	800122	14/07/2021	2.375.825,08	0,12%

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

JUL/2021	800146	16/08/2021	20.174.835,76	1,03%
JUL/2021	800148	16/08/2021	11.931.792,19	0,61%
JUL/2021	800149	16/08/2021	49.008.860,64	2,50%
JUL/2021	800147	16/08/2021	54.293.101,45	2,78%
JUL/2021	800150	16/08/2021	6.907,83	0,00%
JUL/2021	800150	16/08/2021	15.151.595,14	0,77%
AGO/2021	800173	14/09/2021	17.748.650,26	0,91%
AGO/2021	800175	14/09/2021	21.307.085,35	1,09%
AGO/2021	800176	14/09/2021	45.966.703,22	2,35%
AGO/2021	800177	14/09/2021	58.809.226,35	3,01%
AGO/2021	800174	14/09/2021	561,14	0,00%
AGO/2021	800174	14/09/2021	4.815.256,65	0,25%
SET/2021	800187	13/10/2021	24.209.930,04	1,24%
SET/2021	800189	13/10/2021	11.462.948,44	0,59%
SET/2021	800190	13/10/2021	63.336.398,98	3,24%
SET/2021	800191	13/10/2021	67.016.863,50	3,43%
SET/2021	800188	13/10/2021	6.799,06	0,00%
SET/2021	800188	13/10/2021	2.499.899,08	0,13%
OUT/2021	800201	16/11/2021	23.835.072,13	1,22%
OUT/2021	800200	16/11/2021	14.615.477,65	0,75%
OUT/2021	800202	16/11/2021	56.414.274,03	2,88%
OUT/2021	800203	16/11/2021	61.777.498,52	3,16%
OUT/2021	800199	16/11/2021	1.669,25	0,00%
OUT/2021	800199	16/11/2021	17.123.927,49	0,88%

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

NOV/2021	800227	15/12/2021	22.664.635,14	1,16%
NOV/2021	800228	15/12/2021	24.049.894,12	1,23%
NOV/2021	800230	15/12/2021	45.736.442,84	2,34%
NOV/2021	800231	15/12/2021	64.000.510,24	3,27%
NOV/2021	0	15/12/2021	-	0,00%
NOV/2021	800229	15/12/2021	2.362.698,02	0,12%
Total Arrecadado e enviado em 2021			1.594.605.979,84	81,50%
DEZ/2021	800001	14/01/2022	29.103.763,70	1,49%
DEZ/2021	800005	14/01/2022	11.701.756,38	0,60%
DEZ/2021	800004	14/01/2022	98.785.350,22	5,05%
DEZ/2021	800002	14/01/2022	84.304.393,88	4,31%
DEZ/2021	800003	14/01/2022	14.979,11	0,00%
DEZ/2021	800003	14/01/2022	624.294,71	0,03%
Total Arrecadado em 2021 e enviado 2022			224.534.538,00	11,48%
Total Arrecadado em 2021			1.819.140.517,84	92,98%
Total Geral			1.956.457.897,87	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e 2021

Tabela 03.1 – Guias de Recolhimento da União – GRU, enviados a União

Mês/Ano Arrecadação	Número GRU	DATA	Valor	AV%
DEZ/2020	800001	11/01/2021	33.117.131,69	4,49%
DEZ/2020	800002	11/01/2021	15.065.918,36	2,04%
Total Arrecadado em 2020 enviado em 2021			48.183.050,05	6,54%
JAN/2021	800003	12/02/2021	24.639.456,72	3,34%
JAN/2021	800004	12/02/2021	14.025.046,34	1,90%
FEV/2021	800005	15/03/2021	35.284.033,54	4,79%
FEV/2021	800006	15/03/2021	13.714.787,02	1,86%
MAR/2021	800007	14/04/2021	35.597.274,09	4,83%
MAR/2021	800008	14/04/2021	15.630.232,13	2,12%
ABR/2021	800009	14/05/2021	32.282.055,98	4,38%
ABR/2021	800010	14/05/2021	14.739.513,75	2,00%

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2021

MAI/2021	800011	14/06/2021	41.250.181,39	5,60%
MAI/2021	800012	14/06/2021	15.447.170,65	2,10%
JUN/2021	800013	13/07/2021	34.277.414,11	4,65%
JUN/2021	800014	13/07/2021	16.212.193,48	2,20%
JUL/2021	800015	13/08/2021	36.223.940,47	4,92%
JUL/2021	800016	13/08/2021	18.097.700,48	2,46%
AGO/2021	800017	14/09/2021	33.975.389,33	4,61%
AGO/2021	800018	14/09/2021	19.603.075,45	2,66%
SET/2021	800019	13/10/2021	46.813.860,11	6,35%
SET/2021	800020	13/10/2021	22.338.954,50	3,03%
OUT/2021	800021	12/11/2021	41.697.506,90	5,66%
OUT/2021	800022	12/11/2021	20.592.499,50	2,79%
NOV/2021	800023	14/12/2021	21.333.503,41	2,90%
NOV/2021	800024	14/12/2021	33.805.196,89	4,59%
Total Arrecadado em 2021			587.580.986,24	79,74%
DEZ/2021	800001	13/01/2022	73.015.258,86	9,91%
DEZ/2021	800002	13/01/2022	28.101.464,62	3,81%
Total Arrecadado em 2021 enviado em 2022			101.116.723,48	13,72%
Total Arrecadado em 2021			688.697.709,72	93,46%
Total Geral			736.880.759,77	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Nota 04.7 – Sistema de Custos

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº157, de 09 de março de 2011, que define como agentes desse sistema os órgãos centrais e setoriais. Há que se ressaltar que as competências para os órgãos citados estão contempladas na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, sem esquecer que desde a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, por meio dos artigos 85 e 99; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no seu artigo 79; a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 50, § 3º; Lei nº 10.180 de 6 de fevereiro de 2001, no seu art. 15º, essa temática vem sendo tratada.

A busca pelo equilíbrio nas contas públicas tem sido o caminho seguido pelo País rumo ao crescimento da economia. Essa sustentabilidade alcançada leva à adoção de uma política voltada às melhores práticas e a uma gestão eficiente dos recursos públicos. Dessa forma o momento econômico existente no cenário mundial requer avanços qualitativos na administração dos recursos públicos.

Nesse contexto a grande importância de um sistema de custos é dotar os gestores de conceitos gerenciais com o intuito de identificar e mensurar os objetos de custos nas mais diferentes unidades da Administração Pública Federal, com enfoque na avaliação das metas e objetivos previstos em que pese a comparabilidade de serviços prestados por instituições com características semelhantes, bem como constituir base sólida e confiável no processo de elaboração da proposta orçamentária.

No âmbito da AGU não é diferente essa busca pela melhoria iniciou-se pela portaria nº 76 de 16 de fevereiro de 2012, o qual atribuiu a competência de setorial de custos a Secretaria Geral de Administração.

Metodologia

O sistema de custos da AGU foi estruturado para extrair os dados da dimensão monetária do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), através do sistema do Tesouro Gerencial, de forma diária e possibilitando a atribuição dos custos aos objetos.

O objeto de custo adotado pela AGU são as unidades administrativas instaladas no território nacional, de forma que cada custo aferido seja atribuído de forma direta ou indireta a uma unidade. Sendo que as unidades podem ser finalísticas e de suporte. Conforme a estrutura determinada pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, o qual estabelece estrutura regimental da AGU, sendo:

Unidades Finalísticas:

- Gabinete do AGU;
- Secretaria Geral de Consultoria;
- Secretaria Geral de Contencioso;
- Consultoria Geral da União;
- Procuradoria Geral da União;
- Procuradoria Geral Federal;
- Conselho Superior da Advocacia Geral da União.

Unidades de Suporte:

- Departamento de Gestão Estratégica;
- Secretaria Geral de Administração;
- Corregedoria Geral da Advocacia da União;
- Escola da Advocacia Geral da União.

Na atribuição dos custos identificamos que os custos diretos são facilmente atribuídos a cada unidade, contudo os indiretos, tais como, aluguéis, condomínios, consumo de energia elétrica, vigilância, limpeza e outros, não são facilmente alocáveis, pois temos na mesma instalação mais de uma unidade, o que instigou a necessidade da utilização de um critério de rateio desses custos. Para isso utilizamos os o

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

quantitativo de pessoas ou área utilizada em cada unidade, dados retirados do nosso Programa “Instalações Eficientes e Sustentáveis-IES”, o qual atualiza anualmente a situação de todas as unidades da AGU.

E ainda utilizamos para categorizar os gastos os Planos Internos-PI, que servem para diferenciar os tipos dos gastos, conforme relação abaixo:

PI	Descrição	Tipo	Como é Aplicado	Critério de Rateio
AGU0001	SISTEMAS DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	NA
AGU0002	SERVICOS DE JARDINAGEM	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0003	CAPACITACAO RECURSOS HUMANOS - JURIDICA	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0004	SERVICOS DE DEDETIZACAO, DESRATIZACAO E DESCUPINIZACAO	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0005	DESPESAS PROCESSUAIS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0006	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0007	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0008	AUXILIO-TRANSPORTE	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0009	AUXILIO-ALIMENTACAO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0010	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0011	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0012	BENEFICIOS ASSITENCIAIS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0013	EXPANSAO DO PARQUE COMPUTACIONAL	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0014	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0015	AQUISICAO DE APLICATIVOS E SOFTWARES	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0016	SUPRIMENTO DE INFORMATICA	Direto	NÃO SE APLICA	
AGU0017	EXPEDICAO DE CORRESPONDENCIAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0018	AMPLIACAO E CONSERVACAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0019	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0020	AMPLIACAO DA FROTA DE VEICULOS	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0021	AQUISICAO DE MOBILIARIO	Patrimônio	NÃO SE APLICA	

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

AGU0022	LOCACAO EQUIPAMENTOS INFORMATICA	DE DE	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
AGU0023	MANUTENCAO EQUIPAMENTOS	DE	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0024	LOCACAO EQUIPAMENTOS REPROGRAFIA	DE DE	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
AGU0025	MANUTENCAO MOBILIARIO	DE	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0026	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE		Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0027	LOCACAO DE IMOVEIS		Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0028	REFORMA DE PREDIOS E INSTALACOES		Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0029	DESPESA COM CONDOMINIOS	COM	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0030	MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE		Direto		
AGU0031	MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO	AR	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0032	SERVICOS DE VIGILANCIA		Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0033	SERVICOS DE AGUA E COLETA DE ESGOTO		Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0034	PUBLICIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL	E	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0035	COMBUSTIVEIS LUBRIFICANTES	E	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0036	SUPRIMENTO DE FUNDOS		Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0037	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0038	DIARIAS		Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0039	OUTRAS DESPESAS DE TERCEIROS	DE	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0040	SERVICOS DE LIMPEZA		Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0041	SERVICOS TELECOMUNICACOES	DE	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0042	MANUTENCAO CONSERVACAO VEICULOS	E DE	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

				por UGB ocupante
AGU0043	SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0044	SERVICOS DE GARCOM	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0045	MANUTENCAO DE ELEVADORES	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0046	PROGRAMA DE ESTÁGIO PROFISSIONAL	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0047	SERVICOS DE PORTARIA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0048	SERVICOS DE RECEPCAO	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0049	DEFESA DA UNIAO NO EXTERIOR	Direto	PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO	
AGU0050	SERVICOS DE OPERADOR DE REPROGRAFIA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU005C	DESPESAS PROCESSUAIS - CUSTAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU005H	DESPESAS PROCESSUAIS - HONORARIOS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU005M	DESPESAS PROCESSUAIS - MULTAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0051	CAPACITACAO RECURSOS HUMANOS ADMINISTRATIVO	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0052	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0053	APOIO AS ACOES DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
AGU0054	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
AGU0055	IMPOSTOS E TAXAS EM GERAL	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0056	REDE LOGICA E ESTRUTURADA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
AGU0057	SERVICOS DE AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0058	EVENTOS DE TREINAMENTO	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

AGU0059	MANUTENCAO E CONSERVACAO PREDIAL	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0060	SERVICOS DE BRIGADAS DE INCENDIO	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0061	LOCACAO DE VEICULOS E/OU COOPERATIVAS DE TAXIS	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0062	SERVICOS DE COPEIRAGEM	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0063	SERVICOS DE TRANSPORTADORA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0064	SEGUROS DE VEICULOS OFICIAIS	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0065	SEGUROS DE IMOVEIS	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0066	CONFECCAO E INSTALACAO DE PERSIANAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0067	INDENIZACAO DE AUXILIO-MORADIA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0068	AJUDA DE CUSTO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0069	BOLSA AUXÍLIO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0070	CENTRAL TELEFONICA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0071	SERVICOS DE CHAVEIRO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0072	INSTALACAO DE DIVISORIAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0073	SERVICOS DE TELEFONISTA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0074	GRAT. ENCARGO DE CURSO E CONCURSO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0075	AQUISICAO DE PAPEL	Direto	NÃO SE APLICA	
AGU0076	RATEIO DE DESPESAS	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0077	DESPESAS SEM COBERTURA CONTRATUAL	Indireto	Rateio entre as unidades	M ² por UGB ocupante
AGU0078	DESPESAS COM REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0079	SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA	Direto	Direto na Unidade Demandante	

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

AGU0081	SUPORTE INFRAESTRUTURA USUARIOS DE TI	A E	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0080	HOSPEDAGEM E ACESSO AOS SISTEMAS EXTERNOS		Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0082	CONSULTORIA, TREINAMENTO E APOIO EM TI		Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU9001	CONSUMO DE MATERIAL ESTOCADO		Direto	Apenas Painel	
AGU9002	DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS		Indireto	Apenas Painel	

Situação Atual dos Custos

Tabela – 1 – Por atividade fim

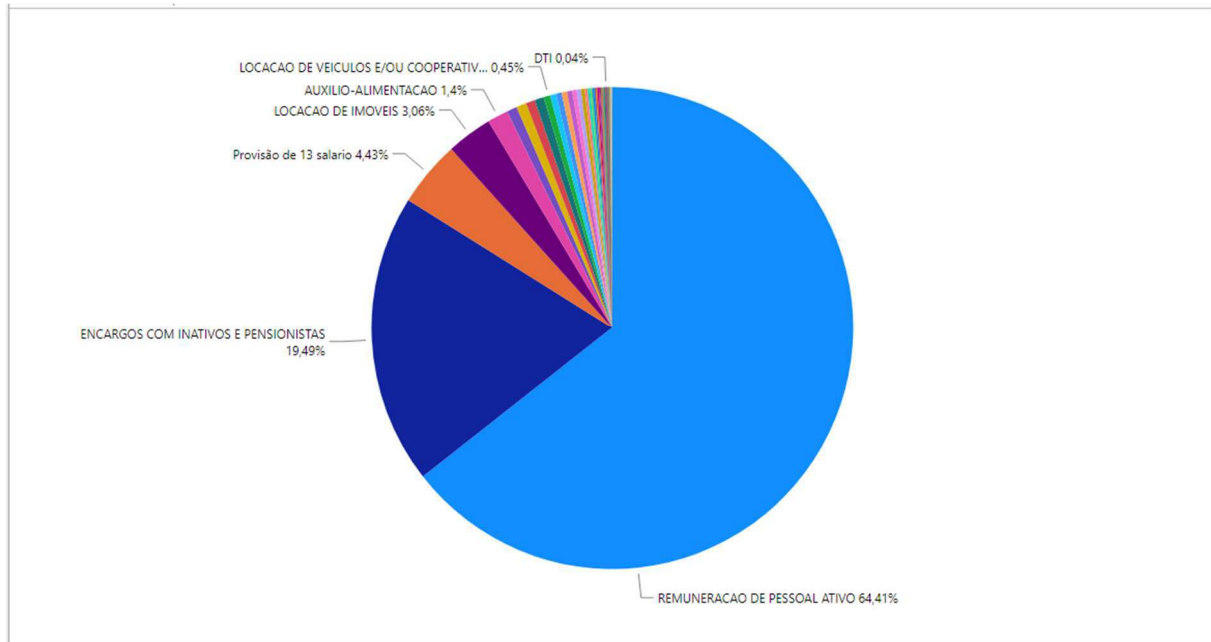
Tipo	2020	2021
Finalísticos		
- Gabinete AGU	37.072.417,69	16.057.200,98
- Consultoria Geral da União	218.012.337,87	196.139.267,36
- PGU	1.008.125.182,48	935.743.302,12
- PGF	2.111.203.429,95	2.207.922.449,91
- SCGS	11.082.298,43	13.500.084,79
- SGCT	37.873.948,95	37.234.547,87
Total Finalísticos	3.423.369.615,37	3.406.596.853,03
Suporte		
- Corregedoria Geral da AGU	39.287.470,87	58.772.973,00
- Escola da AGU	53.160.679,05	55.879.837,64
- Secretaria Geral de Administração	414.126.660,65	326.001.459,71
Total Suporte	506.574.810,57	440.654.270,35
TOTAL DOS CUSTOS	3.929.944.425,94	3.847.251.123,38

Tabela 2 – Custos por Categoria Econômica

Categoria	2020	2021
Pessoal	3.497.507.064,29	3.398.664.514,61
Custeio	407.102.614,00	422.203.879,14
Depreciação	25.334.747,65	26.382.729,63
TOTAL	3.929.944.425,94	3.847.251.123,38

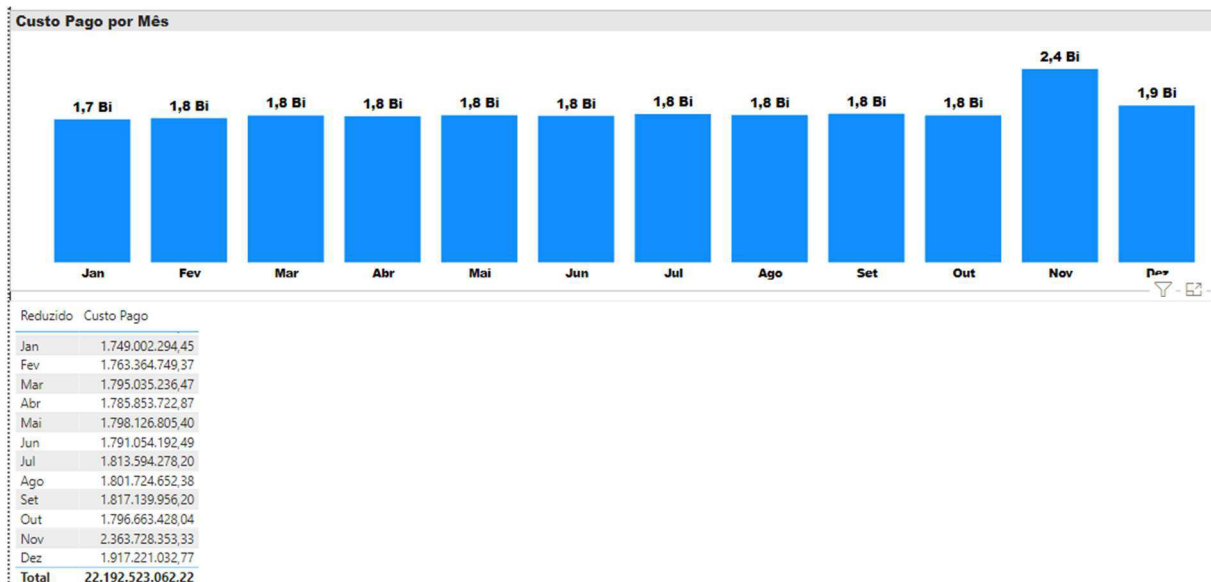
Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Gráfico 1 – Principais despesas



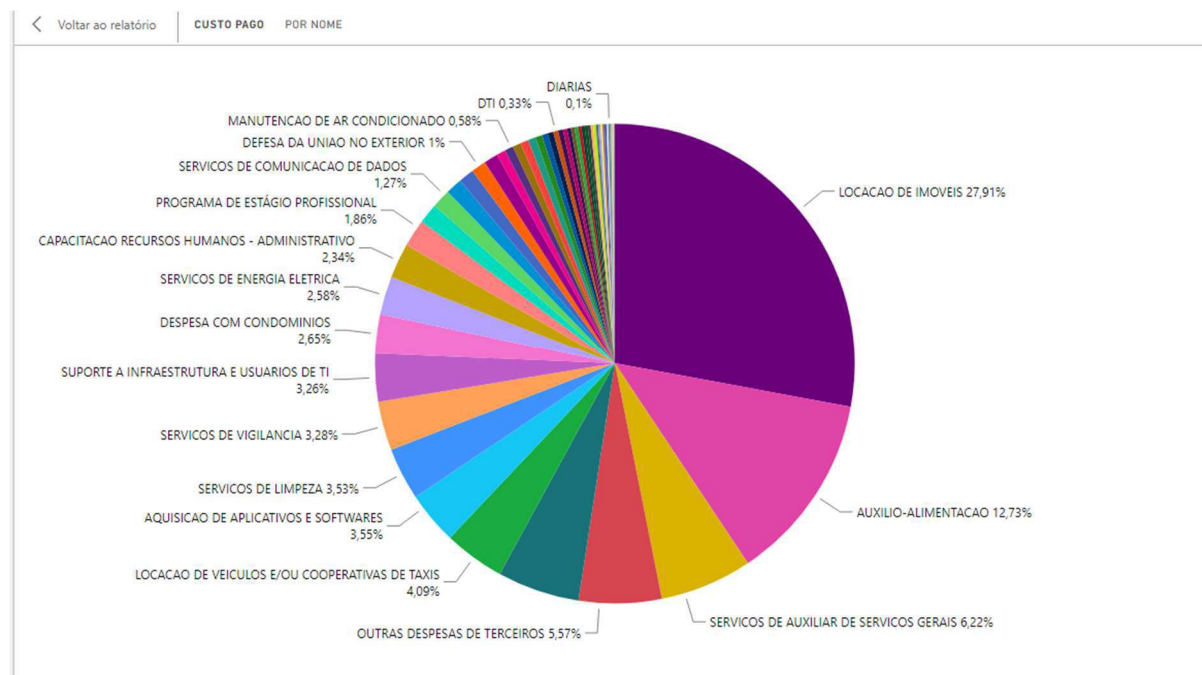
Destacamos nos custos de 2021 como principais itens, Remuneração de Pessoal Ativo (64,41%), Remuneração com Inativos e Pensionistas (19,49%), Provisão de 13 salário (4,43%), Locação de Imóveis (3,06%).

Gráfico 2 – Distribuição Mensal dos custos



Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2021

Gráfico 3 – Despesas Discricionárias



Otimização dos Processos

Conhecendo a estrutura das instalações ocupadas pelas unidades da AGU, bem como o custo de manutenção destes através das informações do SIC, torna-se possível otimizar o processo de tomada de decisões, tais como renovar a locação do imóvel ou investir na construção de sede própria? Reunir unidades semelhantes em um mesmo imóvel ou deixá-las em prédios separados? Instalar uma unidade em determinada localidade ou não? Reformar um imóvel ou locar outro mais novo? Manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços no mesmo prédio? Manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços nos prédios da mesma cidade ou região? Em quanto tempo meu investimento geraria retorno/se pagaria diante de determinado custo? Diante de estruturas de custos comparáveis, qual unidade é mais eficiente? Diante de estruturas de custos comparáveis, onde e como demonstrar aos gestores locais a necessidade de intervenção para melhoria na alocação dos recursos? Quais e quanto seriam os custos correntes futuros derivados de um investimento presente? As respostas destas questões podem demonstrar o custo de oportunidade e o *payback*.

Outro processo dinamizado pelo uso do SIC foi a confecção da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR). Os relatórios exigidos já estão pré-formatados para o órgão, bastando sua geração e inclusão na Prestação.

Portanto o processo de apuração de custos implantado na AGU vem demonstrando a cada ano sua eficiência, e vem constantemente evoluindo em seu método e ferramentas.

Temos desafios a serem vencidos, tais como o aperfeiçoamento da apuração do custo com pessoal (folha de pagamento), que é responsável pela maior execução do órgão, estamos progredindo nesse trabalho com inúmeras tratativas com o Ministério da Economia buscando na fonte, todos os dados necessários a alocação dos recursos despendidos no pagamento de pessoal.